

A Missão Militar Francesa na Força Pública de São Paulo

Inovações institucionais e a capacitação profissional implementada ao efetivo policial-militar

*Sandra Helena Linhares**

A Força Pública Paulista, desde sua criação, em 15 de dezembro de 1831, demonstrou uma evolução contumaz no que diz respeito ao seu contingente de profissionais. Tal fator, aliado ao crescimento das cidades, foi decisivo para que houvesse o pensamento sobre uma real necessidade de se oferecer à tropa paulista treinamento militar específico, original e voltado ao combate armado, uma vez que o próprio crescimento urbano e populacional levavam à necessidade de demonstração do poderio militar frente aos conflitos armados que ocorriam, e frente a disputas políticas que permeavam o cenário nacional.

Diante do quadro apresentado, o Governo de São Paulo, tendo à frente o então Jorge Tibiriçá, em 1905, decidiu pela contratação de militares do Exército francês para o treinamento de sua Força Policial.

De fato, a resposta qualitativa das forças repressivas estaduais às mudanças de formação social brasileira é dada com a racionalização dos serviços policiais-militares estaduais, que impunha pautas definidas de profissionali-

zação. Embora de gestação lenta e instável, esta profissionalização tem seu marco gerador com a contratação da Missão Francesa para instruir a Força Pública do Estado de São Paulo. (FERNANDES, 1973) (grifo nosso)

E como foi realizada essa contratação? Por que a escolha recaiu sobre o Exército Francês?

Vale destacar que as instruções dispensadas aos integrantes da Força Pública, antes da contratação dos franceses, eram muito simples e desprovidas de estrutura organizacional, eram viabilizadas recomendações aos comandantes da milícia estadual paulista — geralmente oficiais oriundos do Exército — para não descuidarem da necessária instrução aos praças dos destacamentos, sempre que as folgas do serviço assim permitissem, pois os tais exercícios eram sempre úteis aos soldados, além de ser uma ótima maneira de tirá-los da ociosidade.

Corroborando Almeida (2009) que, já no

* Maj PM (Academia de Polícia Militar do Barro Branco, CFO/97 e Aperfeiçoamento/16), bacharel em Direito (Universidade São Francisco/04), Curso de Extensão Universitária de Gestão Organizacional em Segurança Pública e Justiça Criminal (Núcleo de Estudos da Violência da USP/06), Licenciatura Plena em História (Universidade Bandeirante de São Paulo/08).

final do século XIX, mais precisamente em 1865, aparece pela primeira vez disposto em documento formal a regulamentação de instrução militar a ser ministrada à Força Policial.

A Lei de fixação de efetivo para 1866, em seu artigo 1º, parágrafo 4º, dispunha que “a instrução da manobra do corpo será regulada pela ordenança portuguesa”, numa alusão ao regulamento então adotado pelo Exército da Monarquia.

Posteriormente, em 1868, estava previsto em regulamento que competia privativamente ao comandante do Corpo determinar os dias e horários para as revisitas e exercícios da tropa e, partir de então, a instrução passou a ser realizada com base em regulamentos organizados por oficiais das Forças Armadas.

Não era incomum encontrar espalhados pelos quartéis da Força Pública exemplares das instruções organizadas pelo coronel do Exército “Moreira Cezar” e de “Tratado de Tática Elementar”, obra de autoria do capitão de Artilharia Lobo Viana, onde estariam resumidas as lições do autor ministradas na Escola Militar de Praia Vermelha, de 1898 até 1904.

Diante desse cenário político, além das batalhas em que a Força Pública Paulista esteve empenhada ao longo de todo o século XIX e início do século XX, em 1905, seu efetivo, fixado pela Lei 911 do ano anterior, era de 4.217 homens “mal armados e

mal adestrados, insuficientes para atender às exigências de um Estado em astronômico progresso”.

Sob a óptica de se melhorar a estrutura de organização da Força Pública e que essa nova estrutura pretendida estaria atrelada a uma importante renovação institucional — no tocante à profissionalização de seus integrantes, à implementação de instruções organizadas, eficientes e propagadoras de conhecimentos que capacitassem tais integrantes a uma atuação enérgica diante das inúmeras batalhas e conflitos que surgiam —, foram esses militares do Exército contratados para a nobre missão de dinamizar o conhecimento e aprimorar profissionalmente os homens que compunham o “Pequeno Exército Paulista”.

Almeida (2009) menciona que os gauleses investiram na valorização da disciplina e do treinamento como forma de mudar o comportamento daquele grupo social.

O responsável pela contratação dos franceses foi o Dr. Jorge Tibiriçá, presidente do Estado à época. Nasceu em Paris, no ano de 1855, filho de pai brasileiro (fazendeiro natural da cidade de Itu) e mãe francesa, criou-se em São Paulo e mais tarde retorna à Europa com sua genitora com o propósito de prosseguir com seus estudos. Retornando ao Brasil em 1879, foi nomeado presidente da Província Paulista em 1890, cargo que exerceu até 1891, quando foi exonerado e depois retornou em 1905.

Muito provavelmente a ascendência materna e o conhecimento pessoal do

país tenham impellido Tibiriçá a optar pelo Exército da França como modelo a ser implantado, em nível de instrução, pela Força Pública Paulista.

O então barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores, sugeriu em algumas oportunidades a contratação do Exército alemão, conforme observado em cartas escritas ao Secretário da Justiça do Governo Tibiriçá, Dr. Cardoso de Almeida.

Gabinete do Ministro das Relações Exteriores – Gab-1826 Exp. Petrópolis, 22 de abril de 1905.

Exmo. Amigo e Sr. Dr. Cardoso de Almeida,

Peço a V. Ex. muitas desculpas pela demora com que acuso o recebimento das duas cartas com que me honrou, manifestando o desejo do Sr. Presidente de S. Paulo de que eu procure obter um oficial do exército francês para servir de instrutor da força militar de polícia de S. Paulo. Quando aqui estive o Dr. Godoi, eu lhe disse que me parecia melhor pedir esse instrutor do exército alemão, que é o primeiro da Europa. Há nele oficiais que falam corretamente o francês e o italiano. Peço a V.Exa. que consulte o Sr. Dr. Tibiriçá e me responda. Pelo telégrafo tratarei do assunto quer o instrutor tenha de vir da França ou da Alemanha. Suponho que o prazo da comissão em São Paulo deve ser de um a dois anos. As condições de honorários e ajuda de custo de ida e volta dependerão de informações que receberei de Berlim ou de Paris e que logo transmitirei a V. Ex. De V. Ex. Mto. atento e adte. Crdo. Rio Branco. (AMARAL, 1966)

Nesse sentido, as negociações prospe-

raram, e, numa próxima carta, o próprio secretário da Justiça, Dr. Cardoso de Almeida, delibera ao Dr. Gabriel Piza, representante diplomático paulista em Paris, que proceda às negociações para a contratação dos franceses para São Paulo.

Interessante o documento que confirmou a contratação e ainda indicou algumas condições a serem cumpridas pelo séquito de oficiais franceses enquanto estivessem a serviço do Governo Paulista.

Gabinete do Secretário do Interior e da Justiça

São Paulo, 12 de maio de 1905.

Exmo. Snr. Dr. Gabriel de Piza.

Confirmando as cartas que V. Exa. Tem dirigido ao Sr. Coronel Lacerda Franco e em resposta à de V. Exa. ao mesmo Sr., em data de 9 de março, peço, em nome do Sr. Dr. Presidente, que V. Exa. se digne providenciar a respeito da vinda do oficial do exército francês, que tem de servir como instrutor, na Força Pública, mediante as seguintes condições: 1ª. Contrato de dois anos e prorrogável à vontade das partes; 2ª. Ordenado até o máximo de 25 mil francos anuais, pagos em moeda francesa; 3ª. Passagem de ida e volta, para o oficial e senhora, paga pelo Estado de São Paulo; 4ª. Concessão de uma ordenança e de um cavalo para o seu serviço particular; 5ª. Autorização ao dito oficial para contratar dois sargentos franceses, que terão passagem de 2ª. classe, de ida e volta paga pelo Estado, vencendo cada um 5.000 francos anuais, ou um oficial com ordenado até 10.000 francos e um sargento até 5.000; 6ª. Não sair o mencionado oficial da capital em serviço. Ainda em nome do

Sr. Dr. Presidente do Estado, cabe-me agradecer a V.Ex. o serviço que está prestando ao Governo de São Paulo e ao adiantamento de nossa terra. De V. Exa. Cardoso de Almeida. (AMARAL, 1966)

Para comandar a Missão Militar Francesa em São Paulo, foi escolhido o comandante Paul Balagny, major do Exército Francês.

Paul Balagny nasceu em 19 de janeiro de 1863. Era casado, mas não possuía filhos. Ingressou na Academia Militar de Saint Cyr em 1883, formando-se em 1885 e promovido a segundo-tenente, tendo servido em Tonkin, Hanói, Amã, Binh-Dinh. Formado



Figura 1 – Cel Paul Balagny, comandante da I Missão Francesa (1906)

Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

pela Escola Superior de Guerra no Curso de Estado-Maior, foi designado em missão histórica para o serviço geográfico francês para reunir o material necessário à redação de livro sobre a campanha conduzida por Napoleão na Espanha. Nomeado comandante de batalhão em 1901 na Indochina, era poliglota — falava, além de sua língua pátria, inglês, alemão, espanhol, tinha noções de russo, japonês, chinês e anamita. Quando aportou no Brasil, encontrava-se no comando do 103º Batalhão de Infantaria, arma que sempre honrou e serviu durante sua vida profissional.

O chefe da Missão subordinava-se diretamente ao presidente do Estado e ao secretário do Interior e Justiça, equivalendo-se, pelo contrato, ao comandante-geral da Força. Importante frisar que, além das condições de remuneração e permanências desses profissionais em São Paulo, o contrato previa a duração de dois anos, o embarque dos integrantes para São Paulo, em 28 de fevereiro de 1906, e a possibilidade de prorrogação por vontade de ambas as partes e, principalmente, a proibição dos instrutores de participarem de quaisquer operações militares e exercer, exclusivamente, atividades de instrução e organização da força policial.

Segundo o autor André Rosemberg¹ (2008), em texto elaborado acerca da chegada da Missão Francesa na Força Pública, houve repercussões de ordem negativa por parte da imprensa, o que acabou por influenciar o próprio Exército sobre a necessidade de contratação desses militares:



Figura 2 – Presidente do Estado de São Paulo, Cmt da Força Pública; Cel Paul Balagny e sua Senhora (1913)
Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Porém, a chegada da Missão Francesa, capitaneada por um oficial do exército francês, o coronel Paul Balagny, auxiliado por mais três militares (o tenente Negrel e os sargentos De La Brousse e Statmuller), repercutiu mal em alguns órgãos da imprensa, principalmente no Rio de Janeiro, onde os jornais reagiram ferozmente contra o “imperialismo” paulista, de um lado, e, de outro, contra o enfraquecimento do Exército, que só receberia treinamento estrangeiro (também francês) em 1918: “A primeira impressão que se tem ao ver um tão empenhado luxo de arregimentação é a de que São Paulo se arma para alguma guerra”, escreveu um jornalista ainda em 1906. (ROSEMBERG, 2008)

Rosemberg (2008) ainda destaca sabiamente que a presença dos militares franceses e a adoção de uma estrutura de treinamento foram motivações certas para os artigos ácidos e meticolosos da imprensa:

Entretanto, a presença dos militares franceses e a adoção de uma nova metodologia de treinamento para a Força Pública de São Paulo foram um prato cheio para a verve galhofeira da imprensa e dos opositores da medida. Afinal, o contraste entre a “modernidade” dos novos sistemas empregados de supetão e a “tradição” desleixada da polícia militar paulista era patente, e não deixava de ser um espetáculo derrisório para aque-

les que conviviam nas ruas, praças e tavernas, *coude-à-coude*, com as praças que, do dia para a noite, passaram a atender comandos em francês. (ROSEMBERG, 2008)

Um official francez instruindo um soldado de polícia:

— *A La gauche!*

O soldado estupefacto:

— Que gancho, seu tenente?

— *E bien, á La droite!*

— Aladroadado, não, senhor, seu tenente, si V.S. pega nos insurtá eu arrequeiro bacha. Veja lá como fala, “monsiú” (...) (ANDRADE; CÂMARA, 1931)

Nessa conjuntura de insegurança, como comandante-geral da Força Pública, o coronel José Pedro de Oliveira teve que contornar o acontecimento mais polêmico durante a estadia dos franceses em São Paulo, a chamada “Tragédia do Quartel da Luz”, em 11 de junho de 1906 — durante uma instrução de tiro, foram mortos o tenente-coronel Negrel e o alferes paulista Manoel Moraes de Magalhães, atingidos por um projétil de fuzil disparado pelo sargento da

Força Pública José de Melo. Tem-se que o graduado havia sido punido com rigor pelo oficial francês por se apresentar alcoolizado para a instrução, fato que teria motivado tal ação violenta contra os franceses.

Mesmo em decorrências de infortúnios, as instruções iniciaram, e a rotina seguida pela missão militar no Quartel da Luz previa a instrução regular e, vez por outra, a tropa ainda era conduzida para o bairro da Várzea do Carmo e para o Prado da Mooca para a realização dos exercícios práticos.

O ensino implementado por Paul Balagny seguia uma metodologia própria, seccionado por grupos distintos, que, após a instrução quase individual, passavam a ser instruídos em ensino de seção, depois desta à companhia e, finalmente, ao batalhão — isto no que concerne à infantaria.

Conforme as instruções seguiam, notava-se a cada dia a marcialidade e destreza da tropa, o que pode ser mensurado nas comemorações alusivas ao aniversário da Pro-

clamação da República, em 15 de novembro de 1906, na Capital paulista. A *performance* da Força Pública foi ovacionada e aplaudida de pé por aqueles que se encontravam pelo local.

O próximo passo de Balagny foi organizar teoricamente as instruções ministradas aos integrantes da Força Pública. Nesse contexto, Almeida (2009) nos expõe:



Figura 3 – Treinamento da Missão Francesa (1913)
Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Assim, logo em agosto, devidamente aprovados pelo Secretário da Justiça, foram publicadas as instruções denominadas “Escola do Soldado”, “Escola de Secção” e “Escola de Companhia”, para a infantaria e “Escola de Cavaleiro a pé”, “Escola de Cavaleiro a Cavalo”, para a cavalaria. (ALMEIDA, 2009)

Importante destacar que, em 20 de abril de 1908, os paulistas recebem o ministro da Guerra, marechal Hermes da Fonseca, para uma visita de dois dias.

No primeiro dia de visitas, acompanha exercícios e manobras da tropa na Várzea do Canindé, finalizada com a simulação de “ataque e tomada do leito da estrada de ferro Cantareira, terminando o combate com um assalto a baioneta”. No dia seguinte, seguiu para a linha de Tiro da Invernada do Barro Branco para uma brilhante instrução envolvendo os praças.

O impressionismo e a boa impres-

são causados pela atuação da Força Pública Paulista foram pontuais, e o ministro marechal Hermes não se olvidou em tecer inúmeros elogios ao trabalho realizado pelos franceses. Talvez esse tenha sido uma das motivações para a contratação de uma Missão Militar Francesa, em 1918, também para instruir o Exército Brasileiro.

Além da instrução, a missão militar também auxiliava o governo de São Paulo, propondo a aquisição de material — armamentos, perneiras e calçados —, alteração e aumento de efetivos de unidades, na elaboração do planejamento de defesa do estado e sugestões para adoção de procedimentos europeus, inclusive no serviço policial, como na utilização de cães belgas pela Guarda Cívica no policiamento da capital. (ALMEIDA, 2009)

Diante das várias instruções ministradas pela Missão, em 1910, tem-se a es-

truturação da Companhia Escola, que, ao ser ampliada, resulta na implantação dos diversos cursos de formação, anteriormente denominados “Escola” e a criação do Curso Especial Militar, embrião do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar, em pleno funcionamento na Academia de Polícia Militar do Barro Branco, até os dias atuais, escola de comandantes da Polícia Militar de São Paulo.



Figura 4 – Esgrima (1916)

Fonte: Museu da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Em 3 de março de 1910, por determinação do aviso 185, da Secretaria da Justiça, foi oficializada ainda a criação de um curso de esgrima e ginástica, na Força Pública, a fim de habilitar militares a ministrarem aulas de educação física para a tropa.

O capitão Delphin Balancier foi o primeiro comandante do curso, constituído de uma seção de esgrima, aos moldes da Escola Francesa, e uma seção de ginástica, aos moldes do método sueco, criado por Peter Ling.

Segundo Almeida (2009), ainda em 1913, todos os regulamentos e instruções foram revisados pelo próprio Paul Balagny e aprovados novamente pelo governo, publicadas as atualizações dos mesmos.

A Missão Francesa também deixou uma contribuição fundamental na implantação da Aviação na Força Pública.

Por inspiração dos ensinamentos da “Missão Francesa”, foi instituída a Esquadrilha de Aviação (1913) na Força Pública, que teve, na figura de Eduardo Chaves, seu primeiro instrutor; e no campo do Guapira (atual Parque Edu Chaves — bairro de São Paulo) o primeiro campo de pouso militar do país. (ARRUDA, 1997)

A Missão Francesa teve seu contrato renovado por vários anos, permanecendo em São Paulo até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, quando retornaram para França com o propósito de atuar na luta armada.



Figura 5 – Medalha Paul Balagny

Fonte: www.medalhisticamilitarpaulista.blogspot.com (Paul Balagny)

Em 1921, há um retorno dos oficiais franceses, sob o comando do coronel Frederic Nerél, com a missão de aperfeiçoar a formação dos oficiais por meio da melhoria dos currículos.

A nobre Instituição Paulista não poderia deixar de registrar a importância dos franceses na estruturação da Força e no aprimoramento de seus integrantes; e é por isso que, em 10 de abril de 2006, por ocasião do Centenário da Missão Militar Francesa na Força Pública, foi instituída, pelo Decreto nº 50.713, a Medalha Paul Balagny, outorgada a personalidades civis e militares, em especial àquelas que têm estreito relacionamento com as questões relacionadas ao ensino. A comenda visou a uma significativa homenagem ao grande responsável pelo trabalho técnico de militarização da força repressiva paulista, criando condições para a gênese do seu curso de formação de oficiais.

Por fim, cumpre-nos exaltar com emoção a contribuição ofertada pelos

franceses à Força Pública Paulista, a qual foi, exaustivamente, treinada nos modelos de combate francês, além de ter sido estruturada de forma técnica e eficiente, resultado em frutos de suma relevância, sendo a nossa nobre Polícia Militar do Estado de São Paulo uma das forças es-

taduais mais preparadas para as ações operacionais, brilhante em sua estética militar e no atendimento ao público, sempre pronta a ofertar os seus melhores profissionais para servir a sociedade, se necessário, com o sacrifício da própria vida. **REB**

Referências

ALMEIDA, Ênio Antônio de. **Academia de Polícia Militar do Barro Branco: a história de criação e implantação da escola de formação dos oficiais da Força Pública na República Paulista**. Dissertação apresentada para a conclusão de Mestrado na Universidade de Campinas. Campinas, 2009.

AMARAL, Antonio Barreto do. **A Missão Francesa de instrução da Força Pública de São Paulo (1906-1914)**. Revista do Arquivo Municipal, São Paulo, nº CLXXII, 1966.

ANDRADE, Euclides; CÂMARA, Hely F. **A Força Pública de São Paulo: esboço histórico 1831-1931**. São Paulo: Sociedade Impressora Paulista, 1931.

ASSUMPÇÃO, Eduardo. **Polícia Militar: gênese, evolução técnico-cultural, determinação e desenvolvimento do policial militar**. 1984. 23 p. Monografia (Curso Superior de Polícia) – Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar do Estado de São Paulo – CAES, São Paulo/ SP.

ARRUDA, Luiz Eduardo Pesce. **Polícia Militar: uma crônica**. São Paulo, 1997.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. São Paulo: Alfa-Omega, 1973.

ROSEMBERG, André. **Herói, vilão ou mequetrefe: a representação da polícia e do policial no Império e na Primeira República**. Em Tempo de Histórias – Publicação do Programa de Pós-Graduação em História 63 PPG-HIS/UnB, n.13, Brasília, 2008.

N. da R.: A adequação do texto e das referências às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é de exclusiva responsabilidade dos articulistas.

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1998), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (2003) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2008). Cursou Doutorado em Paris IV-Sorbonne, no Centre de Recherche en Histoire du XIXème Siècle. Terminou o Pós-Doutorado no Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus Marília, onde também cumpriu estágio de Jovem Pesquisador. Foi pós-doutor de janeiro de 2016 a julho de 2017 no programa de História Social da PUC-SP. Atua na área de História, com ênfase em história da polícia, do crime e do controle social.